

301 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 1

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um Caderno de Questões contendo **60 (sessenta) questões** objetivas de múltipla escolha de Conhecimentos Específicos.
 - Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Verifique se o tipo de prova que consta na capa coincide com o tipo indicado no rodapé de todas as páginas posteriores. Em seguida, **assinale na Folha de Respostas a Letra A**, correspondente ao tipo de prova.
- A totalidade da Prova terá a duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **3 (três) horas** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, a Folha de Respostas da Prova Objetiva, que será o único documento válido para correção e poderá levar o Caderno de Questões.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a(s) prova(s), deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- Não se esqueça de assinalar, na FOLHA DE RESPOSTAS, a letra correspondente ao seu tipo de prova: **LETRA A**, conforme modelo abaixo:

PROVA A PROVA B PROVA C PROVA D

- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:

- Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

06/2013

Espaço reservado para anotação das respostas

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA – EDITAL Nº 1/2013

301 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 1 – PROVA A



CONCURSOS PÚBLICOS

Nome: _____

Inscrição: _____

61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **03 de junho de 2013**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

61. Um administrador financeiro toma diferentes decisões no dia a dia das organizações. A doutrina financeira costuma classificar tais decisões financeiras em três grupos de decisões denominados

- (A) Estrutura de Capital, Orçamento de Capital e Política de Dividendos.
- (B) Planejamento Financeiro, Financiamento de Longo Prazo e Análise de Desempenho.
- (C) Tesouraria, Contas a Pagar e a Receber, Política de Vendas.
- (D) Controladoria, Planejamento Financeiro e Análise de Desempenho.
- (E) Política Fiscal e Tributária, Orçamento de Capital e Política de Dividendos.

62. Entre as principais técnicas de análise que auxiliam o administrador financeiro a tomar decisões sobre orçamento de capitais estão

- (A) Valor Presente Líquido, Taxa Interna de Retorno e Período de *Payback*.
- (B) Orçamento Base Zero, Análise Realizado-Projetada e Regressão Linear Simples.
- (C) Contabilidade de Custos, Análise de Variância e Análise de Custo-Volume-Lucro.
- (D) Contabilidade Financeira, Índice de Lucratividade e Método das Partidas Dobradas.
- (E) Orçamento Base Zero, Período de *Payback* Ajustado e Método das Partidas Dobradas.

63. Em relação aos registros contábeis de operações típicas em unidades orçamentárias ou administrativas, é correto afirmar que o subsistema

- (A) de informações patrimoniais registra, processa e evidencia apenas os fatos financeiros relacionados com as variações quantitativas do patrimônio público.
- (B) de informações orçamentárias registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e a execução orçamentária.
- (C) de custos registra, processa e evidencia apenas os custos dos bens produzidos e ofertados para a sociedade pela entidade pública, não incluindo os serviços produzidos que são tratados pelo subsistema financeiro.
- (D) de compensação registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, não incluindo aqueles com funções específicas de controle.
- (E) financeiro registra, processa e evidencia os fatos relacionados aos ingressos e aos desembolsos financeiros, incluindo os serviços produzidos pelo ente público para a sociedade.

64. Em relação à Contabilidade Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) É o ramo da contabilidade que se dedica ao estudo do patrimônio dos entes públicos, entendidos como aqueles que são regidos pelo direito privado e direito público interno.
- (B) A Contabilidade Pública, também chamada de contabilidade governamental, não deve ser confundida com a contabilidade nacional, pois esta é uma disciplina da economia, cujo objeto são as chamadas contas internacionais, que comparam os diferentes países, sendo o produto interno bruto (PIB) um exemplo.
- (C) Define-se a Contabilidade Pública como sendo o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da Fazenda pública e o patrimônio público e suas variações, sendo que o seu escopo relaciona-se ao controle e gestão dos recursos públicos.
- (D) O advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pela Lei Complementar 101/2000, não modificou significativamente o funcionamento e a importância da Contabilidade Pública no Brasil.
- (E) A Contabilidade Pública, seja na área federal, estadual, municipal ou no Distrito Federal, tem como base a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que instituiu as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

65. Com relação aos conceitos pertinentes ao inventário físico em Contabilidade Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens móveis com vida útil estimada superior a 2 (dois) anos, mas cujo custo de controle é maior do que o benefício que eles trazem para a administração (análise custo-benefício), não são tombados nem registrados contabilmente, sendo contabilizados como material de consumo.
- (B) Os bens móveis com vida útil estimada superior a 2 (dois) anos, mesmo que o custo de controle seja maior do que o benefício que eles trazem para a administração (análise custo-benefício), devem ser contabilizados como material permanente.
- (C) Os bens imóveis devem ser avaliados e controlados pela Controladoria Geral da União (CGU).
- (D) O levantamento geral dos bens imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade, mas no caso de bens móveis este procedimento é dispensado pela legislação.
- (E) A contabilidade deve manter registros analíticos de bens imóveis e registros sintéticos de bens móveis.

<p>66. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Patrimonial demonstrará o</p> <p>(A) Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Transação.</p> <p>(B) Ativo Financeiro, o Ativo Realizável, o Passivo Financeiro, o Exigível a Longo Prazo, o Patrimônio Líquido e as Contas de Transação.</p> <p>(C) Ativo Permanente, o Ativo Realizável, o Passivo Permanente, o Exigível a Longo Prazo, o Patrimônio Líquido e as Contas de Compensação.</p> <p>(D) Ativo Financeiro, o Ativo Permanente, o Passivo Financeiro, o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.</p> <p>(E) Ativo Financeiro, o Ativo Realizável, o Passivo Financeiro, o Exigível a Longo Prazo, o Patrimônio Líquido e as Contas de Compensação.</p>	<p>69. São princípios orçamentários adotados pela regulação brasileira:</p> <p>(A) Exclusividade, programação, equilíbrio orçamentário, anualidade, unidade, universalidade, transparência, publicidade e legalidade.</p> <p>(B) Anterioridade, legalidade, igualdade, unidade, irretroatividade, equilíbrio orçamentário, anualidade, transparência e publicidade.</p> <p>(C) Publicidade, irretroatividade, programação orçamentária, universalidade, equilíbrio orçamentário, legalidade, isonomia e anualidade.</p> <p>(D) Equilíbrio orçamentário, transparência, programação, universalidade, anterioridade, irretroatividade, unidade, isonomia e legalidade.</p> <p>(E) Anterioridade, legalidade, irretroatividade, universalidade, isonomia, publicidade, moralidade e anterioridade nonagesimal.</p>
<p>67. Em relação à auditoria no setor público, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A responsabilidade principal na prevenção e identificação de fraudes e erros na organização pública é da auditoria interna.</p> <p>(B) A auditoria externa é a principal responsável na identificação de fraudes e erros.</p> <p>(C) O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte apenas da administração.</p> <p>(D) O objetivo principal da auditoria é elevar a confiança dos usuários em que as demonstrações contábeis avaliadas estão adequadas a certo nível de materialidade (aspectos relevantes) e de acordo com determinado <i>framework</i> (normas aplicáveis àquele ambiente ou àquele objetivo das demonstrações).</p> <p>(E) A responsabilidade principal na prevenção e detecção de fraudes e erros é do comitê de auditoria.</p>	<p>70. Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O Presidente da República deve enviar o projeto anual de Lei de Diretrizes Orçamentárias até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril).</p> <p>(B) O Congresso Nacional deverá devolver o projeto anual de LDO para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, que poderá ser interrompida sem a aprovação do projeto.</p> <p>(C) No Congresso, o projeto de LDO poderá receber emendas, desde que compatíveis com o plano plurianual, que serão apresentadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), onde receberão parecer, sendo apreciadas pelo Senado Federal na forma de seu regimento.</p> <p>(D) A LDO tem como principal finalidade orientar a elaboração de orçamentos fiscais e de investimento, não sendo aplicadas para orçamentos da seguridade social, que devem correr em apartado.</p> <p>(E) A LDO e a Lei Orçamentária Anual são confeccionadas de forma independente, não influenciando uma na outra.</p>
<p>68. Com relação ao conceito de Orçamento-programa, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O Orçamento-programa é um plano de trabalho expresso por um conjunto de ações a realizar e pela identificação dos recursos necessários à sua execução.</p> <p>(B) O Orçamento-programa permite estabelecer o conjunto de metas e prioridades da Administração Pública Federal.</p> <p>(C) No Orçamento-programa, os critérios de classificação estão relacionados com as unidades administrativas.</p> <p>(D) No Orçamento-programa, o controle visa a avaliar apenas a eficiência e não a eficácia das atividades governamentais.</p> <p>(E) O Orçamento-programa é totalmente dissociado do processo de planejamento.</p>	

71. Em relação ao processo orçamentário no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O ciclo orçamentário envolve um período muito maior que o ano civil, iniciando com o processo de elaboração do orçamento, passando para execução e encerrando com a sua aprovação, mas não contemplando o seu controle.
- (B) O ciclo orçamentário corresponde ao período em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a aprovação final, sendo normalmente de 1 (um) ano civil.
- (C) O ciclo orçamentário se confunde com o exercício financeiro, que é o período durante o qual se executa o orçamento, correspondendo, portanto, a uma das fases do ciclo orçamentário.
- (D) No Brasil, o exercício financeiro coincide com o ano civil, conforme dispõe o artigo 34 da Lei nº 4.320/1964, e este coincide em parte com o ciclo orçamentário, sendo usualmente maior que o ciclo.
- (E) O ciclo orçamentário, ou processo orçamentário, pode ser definido como um processo contínuo, dinâmico e flexível, por meio do qual se elabora, aprova, executa, controla e avalia a programação de dispêndios do setor público nos aspectos físico e financeiro.

72. Em relação às normas legais e aplicáveis ao orçamento público, é correto afirmar que

- (A) a Lei nº 4.320/1964 estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União e dos Estados.
- (B) a Lei Complementar nº 101/2000, também conhecida como "Lei de Responsabilidade Fiscal" (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização, como premissas básicas.
- (C) o Decreto nº 93.872/1986, que dispõe sobre a descentralização dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente.
- (D) o Decreto nº 825/1993 estabelece normas para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscais e de investimentos, aprova quadro de cotas trimestrais de despesa para o Poder Executivo.
- (E) o Decreto nº 2.829/1998 estabelece normas para elaboração, execução e controle do Plano Plurianual e do Orçamento da União.

73. Em relação ao SIDOR e ao SIAFI, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIDOR é o principal instrumento de administração orçamentária e financeira da União; oferece suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, tornando absolutamente segura a contabilidade da União.
- (B) Ligados ao SIDOR encontram-se todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- (C) Por meio do SIAFI, obtêm-se as informações que subsidiam o Balanço Geral da União e os relatórios de execução do orçamento e de administração financeira, que compõem a demonstração das contas apresentadas ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, de acordo com a Constituição Federal. Encontra-se disponível, ainda, um serviço de troca de mensagens que interliga milhares de usuários em todo o Brasil, agilizando a comunicação entre as Unidades Gestoras.
- (D) O conteúdo do SIDOR são informações do orçamento fiscal e dos investimentos desde 1989, e do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) desde 1991/1995.
- (E) A alimentação do sistema SIAFI e SIDOR é processada por todas as unidades orçamentárias da União, inclusive Senado Federal, Câmara dos Deputados, Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) e Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), administrada pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério de Planejamento e Orçamento.

74. Sobre as receitas públicas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) As receitas ordinárias são as receitas de caráter não regular.
- (B) As receitas extraordinárias são de caráter excepcional e/ou temporário.
- (C) As receitas públicas ordinárias podem ser originárias e derivadas.
- (D) As receitas públicas ordinárias originárias podem ser patrimoniais, industriais e de serviços.
- (E) As receitas públicas ordinárias derivadas podem ser punitivas ou não punitivas.

75. Segundo a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que **não** apresenta uma das fases da Despesa Pública.

- (A) Fixação.
- (B) Empenho.
- (C) Liquidação.
- (D) Pagamento.
- (E) Reserva.

76. Sobre o suprimento de fundos, é correto afirmar que é

- (A) a modalidade de pagamento de despesa permitida em casos não excepcionais e somente quando sua realização não possa se subordinar ao processo normal de atendimento por via de ordem bancária.
- (B) uma modalidade simplificada de execução de despesa; consiste na entrega de numerário a servidor para a realização de despesa precedida de empenho na dotação própria, que, por sua natureza ou urgência, não possa se subordinar ao processo normal da execução orçamentária e financeira.
- (C) a modalidade de recebimento de receitas permitida em casos excepcionais e somente quando sua realização não possa se subordinar ao processo normal de atendimento por via de ordem bancária.
- (D) uma modalidade complexa de execução de despesa; consiste na entrega de numerário a servidor para a realização de despesa precedida de empenho na dotação própria, que, por sua natureza ou urgência, não possa se subordinar ao processo normal da execução orçamentária e financeira.
- (E) uma modalidade simplificada de execução de despesa; consiste na entrega de numerário a servidor para a realização de despesa após empenho na dotação própria, que, por sua natureza ou urgência, não possa se subordinar ao processo normal da execução orçamentária e financeira.

77. Em relação ao conceito de Restos a Pagar, assinale a alternativa correta.

- (A) São Restos a Pagar, ou resíduos ativos, consoante o artigo 36 da Lei nº 4.320/1964, as despesas empenhadas mas não pagas dentro do exercício financeiro, ou seja, até 31 de dezembro.
- (B) De acordo com sua natureza, as despesas inscritas em Restos a Pagar podem ser classificadas em processadas e não incorridas.
- (C) São processadas as despesas em que o credor já cumpriu suas obrigações, isto é, entregou o material, prestou os serviços ou executou a etapa da obra, dentro do exercício. Dessa forma, possui direito líquido e certo, faltando apenas o pagamento, sendo assim registradas na conta "Fornecedores".
- (D) Despesas não incorridas são as que dependem da prestação do serviço ou fornecimento do material, isto é, aquelas em que o direito do credor não foi apurado.
- (E) As despesas não incorridas são aquelas ainda não liquidadas, e o artigo 35 do Decreto nº 93.872/1986 determina que o empenho da despesa não liquidada seja anulado em 31 de dezembro, sem exceções.

78. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, artigo 22, assinale a alternativa que **não** apresenta uma das modalidades de licitação pública previstas.

- (A) Concorrência.
- (B) Tomada de preços.
- (C) Convite.
- (D) Seleção.
- (E) Leilão.

79. O artigo 48 (capítulo IX) da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais deve ser dada ampla divulgação. Assinale a alternativa que **não** apresenta um desses instrumentos.

- (A) Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- (B) As prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
- (C) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.
- (D) As versões simplificadas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.
- (E) Os projetos de investimento contratados no âmbito da Parceria Público-Privada (PPP).

80. Uma aplicação de R\$2.000,00 rende 1,8% no primeiro mês, 2,3% no segundo e 1,2% no terceiro (sendo este o último mês). Assinale a alternativa que apresenta o montante resgatado no último mês de aplicação.

- (A) R\$1.563,00.
- (B) R\$3.489,00.
- (C) R\$2.107,82.
- (D) R\$5.472,59.
- (E) R\$4.983,14.

81. José, gerente de um banco, propôs a um cliente uma nova aplicação com receitas líquidas perpétuas de R\$2.000,00 por mês. Admitindo que a rentabilidade adequada para esta aplicação seja de 2,5% ao mês, assinale a alternativa que apresenta o valor racional equivalente.

- (A) R\$1.951,23.
- (B) R\$3.200,00.
- (C) R\$8.000,00.
- (D) R\$32.000,00.
- (E) R\$80.000,00.

82. Sobre as Prestações de Contas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativos e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no artigo 20 da LRF, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.
- (B) As contas do Poder Judiciário serão apresentadas: no âmbito da União, pelos Presidentes do CNJ, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais; nos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.
- (C) Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais. Nos municípios que não sejam capitais e que tenham menos de 200.000 (duzentos mil) habitantes, o prazo será de 180 (cento e oitenta) dias.
- (D) Os Tribunais de Contas não entrarão em recesso enquanto existirem contas de Poder, ou órgão referido no artigo 20 da LRF, pendentes de parecer prévio.
- (E) A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

83. Antônio tomou R\$1.000,00 emprestados de seu amigo Carlos, para pagar algumas contas atrasadas. Após 3 (três) meses sem notícias, Carlos telefonou para cobrar o amigo, que prometeu pagar a dívida dali a 4 meses; Carlos então informou que, a partir daquele dia, cobraria juros de 1% ao mês, no regime de juros simples. Assinale a alternativa que apresenta o total de juros que Antônio terá que pagar nesse caso.

- (A) R\$40,00.
- (B) R\$30,00.
- (C) R\$44,00.
- (D) R\$34,00.
- (E) R\$42,00.

84. Uma aplicação de R\$136.974,00, à taxa de juros de 1,02% ao mês, no regime de juros simples, rendeu, ao final de um período, R\$34.847,00. Desta forma, é correto afirmar que o prazo da referida operação foi de, aproximadamente,

- (A) 25 meses.
- (B) 23 meses.
- (C) 20 meses.
- (D) 10 meses.
- (E) 15 meses.

85. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, as taxas mensal e diária proporcionais à taxa de 4,2% ao trimestre.

- (A) 0,047%; 1,40%.
- (B) 1,00%; 0,5%.
- (C) 2,75%; 1,90%.
- (D) 0,75%; 1,5%.
- (E) 1,40%; 0,047%.

86. Para quitar um empréstimo, Roberto está negociando pagar \$8.000,00 daqui a 2 (dois) meses e \$8.000,00 daqui a 6 (seis) meses. Caso esse empréstimo fosse quitado hoje, à taxa de desconto de 3,6% ao mês, é correto afirmar que o valor seria de

- (A) \$10.589,21.
- (B) \$13.924,08.
- (C) \$15.875,59.
- (D) \$12.122,34.
- (E) \$11.987,89.

87. Uma ação foi adquirida por R\$100,00 no último dia do mês passado, e agora o comprador quer vendê-lo por R\$110,00. Sabendo que ele recebeu R\$1,00 de dividendos hoje, caso ele consiga vender a ação pelo valor pedido, e supondo que os valores de corretagem e emolumentos sejam de R\$ 0,50, é correto afirmar que sua taxa de retorno terá sido de, aproximadamente,

- (A) 11%.
- (B) 9%.
- (C) 12%.
- (D) 8%.
- (E) 13%.

88. João está avaliando duas alternativas de investimento mutuamente excludentes: uma, de escala maior, que promete VPL (Valor Presente Líquido) de R\$1.000,00 e tem TIR (Taxa Interna de Retorno) de 25%; e outra, de escala menor, VPL de R\$500,00 e TIR de 30%. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta a correta aplicação dos conceitos de avaliação de investimentos.

- (A) A melhor alternativa é a de TIR 30%, que é maior que a TIR da outra alternativa, e não importa que seu VPL seja menor.
- (B) A melhor alternativa é a de TIR 25%, que é menor que a TIR da outra alternativa, e esse é o critério que importa em decisão de investimentos.
- (C) A melhor alternativa é a de VPL de R\$1.000,00, que é maior que o VPL da outra alternativa, sendo esse o critério mais relevante.
- (D) A melhor alternativa é a de VPL R\$500,00, que é a de menor VPL, e esse é o critério determinante.
- (E) Não é possível determinar o melhor investimento.

89. Segundo a Lei nº 8.112/1990 e suas alterações, assinale a alternativa **incorreta** quanto às formas de provimento de cargo público.

- (A) Nomeação, promoção e aproveitamento.
- (B) Transferência, ascensão e readaptação.
- (C) Readaptação, reintegração e recondução.
- (D) Aproveitamento, promoção e reintegração.
- (E) Promoção, readaptação e recondução.

90. De acordo com o Decreto nº 5.707/2006, incluem-se entre as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, **exceto**

- (A) incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.
- (B) assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho.
- (C) promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento.
- (D) incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal.
- (E) priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados por escolas particulares de reconhecida competência.

91. De acordo com o Decreto nº 5.707/2006, incluem-se entre as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, **exceto**

- (A) estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional.
- (B) incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e assegurar a ele a participação nessas atividades.
- (C) considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor independentes complementares entre si.
- (D) oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos.
- (E) priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

92. De acordo com o Decreto nº 5.707/2006, incluem-se entre as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, **exceto**

- (A) oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública.
- (B) avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação.
- (C) elaborar o plano plurianual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas.
- (D) promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação.
- (E) priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

93. Considerando a Lei nº 10.871/2004 e suas alterações, além dos deveres e das proibições previstos na Lei nº 8.112/1990, aplica-se aos servidores em efetivo exercício nas Agências Reguladoras

- I. o dever de manter sigilo sobre as operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições reguladas de que tiverem conhecimento em razão do cargo ou da função, conforme regulamentação de cada Agência Reguladora.
- II. a proibição de prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela entidade, salvo os casos de designação específica.
- III. a proibição de firmar ou manter contrato com instituição regulada, bem como com instituições autorizadas a funcionar pela entidade, em condições mais vantajosas que as usualmente ofertadas aos demais clientes.
- IV. a proibição de exercer outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa, ou direção político-partidária, excetuados os casos admitidos em lei.
- V. a proibição de contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica adotados no âmbito do Poder Executivo.

É correto o que está contido em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II e V, apenas.
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV, apenas.

94. Segundo a Lei nº 4.320/1964, são créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Os créditos adicionais classificam-se em

- I. suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- II. especiais, os destinados a despesas com dotação orçamentária específica.
- III. extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III.

95. Em relação à norma da Lei nº 9.986/2000 e suas alterações, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () O ex-dirigente fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por um período de 4 (quatro) meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato.
- () Durante o impedimento, o ex-dirigente ficará vinculado à agência, fazendo jus a remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes.
- () Ao ex-dirigente exonerado a pedido, se aplica o impedimento para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por um período de 4 (quatro) meses, se este já tiver cumprido pelo menos 6 (seis) meses do seu mandato.
- () Incorre na prática de crime de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-dirigente que violar o impedimento do exercício de atividades e de prestar qualquer serviço em setor regulado pela respectiva agência, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, administrativas e civis.
- () Durante o impedimento, o ex-dirigente não ficará vinculado à agência, mas fará jus a remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes.

- (A) V/ V/ F/ F/ V
- (B) F/ V/ F/ V/ F
- (C) V/ F/ V/ F/ V
- (D) V/ V/ V/ V/ F
- (E) F/ F/ F/ V/ V

96. São algumas premissas para o modelo de gestão por competências, **exceto**

- (A) conscientização de que cada tipo de negócio necessita de pessoas com perfis específicos.
- (B) a crença de que cada posto de trabalho existente na empresa tem características próprias e deve ser ocupado por profissionais que apresentem determinado perfil de competências.
- (C) o reconhecimento de que aqueles que ocupam funções gerenciais são responsáveis pela oferta de oportunidades que permitam o desenvolvimento e a aquisição de novas competências.
- (D) a percepção de que sempre haverá demanda para o desenvolvimento de novas competências e que o que hoje é essencial para a boa execução de um trabalho poderá agregar novas exigências amanhã.
- (E) as competências são habilidades, com as quais os profissionais lidam em sua maioria das vezes, provenientes de dons inerentes a cada pessoa.

97. Em relação aos conceitos fundamentais de Recursos Humanos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Recrutamento diz respeito a um conjunto de técnicas e procedimentos com o fim de atrair candidatos potencialmente qualificados e com capacidade para ocupar cargos dentro da organização. Já a Seleção busca, entre os candidatos recrutados, aqueles que mais estão adequados aos cargos oferecidos pela empresa, tendo em vista a manutenção ou o aumento da eficiência e do desempenho do pessoal, bem como a eficácia da própria organização.
- (B) Visão representa uma imagem da empresa projetada para o futuro e mostra a situação em que a empresa pretende estar e os resultados que deseja atingir num determinado tempo.
- (C) Treinamento pode ser entendido como a preparação do colaborador para desempenhar, de maneira excelente, as tarefas específicas do cargo a ser ocupado, não sendo usado para desenvolver competências novas, que é tarefa da educação corporativa.
- (D) Missão Organizacional está no centro da hierarquia das metas da organização e é a razão da sua existência, descrevendo os valores da organização e a sua razão de ser, servindo como base para o desenvolvimento de todas as metas e planos, conduzindo a organização para onde ela precisa ir.
- (E) Valores são as crenças e as atitudes básicas que ajudam a determinar o comportamento individual, sendo construtores da integridade e responsabilidade que definem o que as pessoas e organizações são, devendo ser abertos e publicamente expressados, repetidos e reafirmados.

98. Com relação ao processo de Comunicação, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Um exemplo de processo de comunicação ocorre quando o emissor (ou codificador) emite uma mensagem (ou sinal) ao receptor (ou decodificador), através de uma chamada telefônica, por exemplo.
 - () Comportamentos não verbais da voz – como a entoação (qualidade, velocidade e ritmo da voz) – revelam-se importantes no processo de comunicação, pois uma voz calma geralmente transmite mensagens mais claras do que uma voz agitada.
 - () As dificuldades de comunicação ocorrem quando as palavras têm graus distintos de abstração e variedade de sentido, pois o significado das palavras não está nelas mesmas, mas nas pessoas, ou seja, no repertório de cada um e que lhes permite decifrar e interpretar as palavras.
 - () Alguns psicólogos afirmam que os sinais não verbais têm as funções específicas de regular e encadear as interações sociais e de expressar emoções e atitudes interpessoais.
- (A) F/ V/ V/ F
(B) V/ V/ F/ F
(C) F/ F/ F/ V
(D) V/ V/ V/ V
(E) V/ F/ V/ F

99. Em relação aos conceitos fundamentais de Sistemas de Informação de Recursos Humanos, analise as assertivas abaixo.

- I. O Sistema de Informação de Recursos Humanos é utilizado para coletar, registrar, armazenar, analisar e recuperar dados sobre os recursos humanos da organização e de suas respectivas atividades.
- II. Existem dois objetivos básicos para se possuir o sistema de informação sobre os funcionários: o primeiro, administrativo, visa a reduzir custos e tempo de processamento da informação; o segundo objetiva proporcionar suporte para decisão, ou seja, auxiliar os gerentes e os funcionários nas tomadas de decisões eficazes.
- III. O Sistema de Informação de RH moderno usa os livros de registros de funcionários para cálculo de informações para a folha de pagamentos.
- IV. Há duas medidas para avaliar o Sistema de Informação de RH, sendo a primeira relacionada com as economias decorrentes da redução das atividades administrativas, como níveis de *staff*, custos de malotes e tempo de espera dos gerentes para obter informações.
- V. A segunda medida para avaliar o Sistema de Informações de RH envolve o acompanhamento dos efeitos das informações do sistema para os tomadores de decisões, mostrando, assim, os reais benefícios do sistema.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II, IV e V, apenas.
- (E) III e V, apenas.

100. Em relação ao desenvolvimento e capacitação de Recursos Humanos no setor público, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A demanda reprimida por programas de profissionalização e aperfeiçoamento no serviço público é pequena, tanto que os gastos ainda são percebidos como despesas e não investimentos, cujos dividendos políticos apropriáveis no curto prazo são discutíveis.
- (B) A partir da década de 1980, os movimentos de reforma do Estado buscaram suprir a impossibilidade de a máquina administrativa proceder como normalmente esperado ao gerenciar uma rede de instituições cada vez mais complexa, envolvendo o contexto internacional. Assim, a reforma administrativa proposta nesse período era vista como um processo no qual aumentar a capacidade administrativa e enfrentar a crescente complexidade da gestão organizacional do setor público era fundamental. Para isso, foi retomado o tema da qualificação de administradores públicos, sendo criados mecanismos institucionais para a formação e o aperfeiçoamento do pessoal civil, como parte da proposta de modernização do Estado.
- (C) Nos anos 1960 e 1970, criaram-se, no Brasil, várias escolas destinadas à formação de quadros que conduzissem o processo de desenvolvimento nacional. Nasce a Escola Interamericana de Administração Pública, sob o patrocínio conjunto do governo brasileiro, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Fundação Getúlio Vargas, com a missão de prestar assistência técnica à América Latina, difundir a reforma administrativa e capacitar administradores do setor público, num processo de integração da região. Surge o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico, com os seguintes objetivos principais: assumir as funções que a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) realizava no campo do planejamento para o desenvolvimento; e concentrar sua ação em matéria de capacitação, assessoramento e pesquisa.
- (D) A formação e o treinamento de profissionais fazendários, no Brasil, remontam a 1945, quando foram criados, no Ministério da Fazenda, os cursos de aperfeiçoamento (CAFs), com a finalidade de formar pessoal habilitado para ingresso nas carreiras específicas do fisco, além de promover o aperfeiçoamento e especialização dos funcionários lotados naquele ministério.
- (E) A partir de 1967, os CAFs passaram a constituir o Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Pessoal do Ministério da Fazenda (Cetremfa), que, nos anos 1970, foi transformado na Escola de Administração Fazendária (ESAF), tendo por finalidade, no âmbito desse ministério, acompanhar, avaliar e promover a execução de atividades referentes a cursos de formação, treinamento, recrutamento e seleção de recursos humanos, bem como pesquisa sobre a área.

101. Com relação ao conceito de *endomarketing*, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Pode-se definir *endomarketing* como o conjunto de ações focadas no público interno e que tem como objetivo maior conscientizar funcionários e chefias para a importância do atendimento de excelência ao cliente.
- (B) Os especialistas, sobretudo os profissionais de Relações Públicas, julgam que o *endomarketing* não é nada mais do que uma forma diferente de expressar e praticar a comunicação interna e que se trata de uma alternativa, não tão sutil, de garantir aos profissionais de *marketing* a entrada em um novo campo de trabalho.
- (C) O papel da comunicação nas organizações vai além da disseminação de informações para o público interno. Ela deve transcender a comunicação própria do sistema de comunicação administrativa da empresa ou a comunicação que se desenvolve no sentido vertical e horizontal da estrutura organizacional através de processos, ordens, relatórios e reuniões formais.
- (D) A comunicação voltada para o *endomarketing* deve acontecer a todo instante na organização. Existem vários meios de formalizá-la e organizá-la através de reuniões, jornais, vídeos, exposições, seminários, murais, painéis. Seja qual for o meio, deve-se dar ao *marketing* interno mais atenção do que ao externo.
- (E) Segundo Kotler, renomado especialista em Marketing, o *marketing* interno não deve sobrepujar o *marketing* externo.

102. Entre 1994 e 1998, a política econômica brasileira foi caracterizada por

- I. âncora cambial, âncora monetária, juros altos, déficit da balança comercial e apreciação cambial.
- II. metas de inflação, câmbio flutuante, juros altos, desvalorização cambial.
- III. âncora monetária, âncora cambial, câmbio flutuante e juros altos.
- IV. metas de inflação, câmbio flutuante, juros baixos, desvalorização cambial.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

103. O clima organizacional é um fenômeno resultante da interação dos elementos da cultura, como preceitos, caráter e tecnologia. Sobre esse tema, analise as assertivas abaixo.

- I. O clima organizacional influencia apenas indiretamente os comportamentos, a motivação, a produtividade do trabalho e também a satisfação das pessoas envolvidas com a organização.
- II. O clima retrata o grau de satisfação material e emocional das pessoas no trabalho.
- III. Observa-se que esse clima influencia profundamente a produtividade do indivíduo e, conseqüentemente, da empresa.
- IV. O clima organizacional também reflete a história dos tipos de pessoas que a organização atrai, dos seus processos de trabalho, das modalidades de comunicação e também de quem exerce a autoridade dentro do sistema.
- V. Pode-se classificar o clima organizacional como: desumano, no qual é dada excessiva importância à tecnologia; tenso, em que há forte pressão ao cumprimento de normas rígidas; burocrático, em que os resultados podem levar a punições e/ou demissões; e de tranquilidade e confiança, em que existe plena aceitação dos afetos, sem se descuidar de preceitos e do trabalho.

É correto o que se afirma em

- (A) II, III, IV e V, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e V, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

104. São parte da estrutura macroeconômica os seguintes mercados, **exceto**:

- (A) Mercado de Bens e Serviços, que determina o nível de produção agregada e o nível de preços.
- (B) Mercado de Trabalho, que admite a existência de um tipo de mão de obra independente de características, determinando a taxa de salários e o nível de emprego.
- (C) Mercado Monetário, que analisa a demanda e a oferta da moeda pelo Banco Central, o qual determina a taxa de juros.
- (D) Mercado de Títulos, que analisa os agentes econômicos superavitários, que possuem um nível de gastos inferior a sua renda, e deficitários, que possuem gastos superiores ao seu nível de renda.
- (E) Mercado de Imóveis, que depende da demanda por habitação e da oferta por parte de construtores e investidores.

105. Pode-se conceituar a cultura organizacional como o conjunto de valores, crenças e tecnologias que mantém unidos os mais diferentes membros, de todos os escalões hierárquicos, perante as dificuldades, operações do cotidiano, metas e objetivos. Sobre esse tema, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É a cultura organizacional que produz, junto aos mais diferentes públicos, diante da sociedade e mercados, o conjunto de percepções, ícones, índices e símbolos que chamamos de imagem corporativa.
- (B) A cultura organizacional não é algo pronto e acabado, mas está em constante transformação de acordo com sua história, seus atores e a conjuntura.
- (C) A cultura organizacional consiste em padrões explícitos e implícitos de comportamentos adquiridos e transmitidos ao longo do tempo e que constituem uma característica própria de cada empresa.
- (D) Cultura organizacional holística é um conjunto de valores, conhecimentos e costumes ligados a uma visão não fragmentada do mundo; nela, a organização é considerada um organismo vivo em constante movimento, constituindo um sistema de eventos com uma constante interação e interdependência de sistemas maiores ou menores.
- (E) A cultura organizacional pode ser dividida no nível invisível, onde estão os padrões e estilos de comportamento dos empregados; e no nível visível, onde estão os valores compartilhados e crenças que permanecem durante um longo período.

106. Em relação aos conceitos de poder e cultura nas organizações, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta.

- () O poder deve ser visto como a possibilidade de decidir, de estar em posição privilegiada em relação a um determinado grupo. Na organização, o poder é uma relação social, não uma posse unilateral.
 - () Não cabe à comunicação, instrumento de aproximação do poder da organização de sua base e também de acompanhamento da realidade cultural da empresa, mediar o poder por meio da mediação dos processos dentro da organização.
 - () O poder está ligado às relações sociais, já que é a partir destas que se faz presente e que se faz necessário, atuando nos processos de controle, de articulação, de arbitragem e de deliberação.
 - () O poder serve-se das vias de comunicação para criar maiores vínculos com o público interno da organização – os colaboradores – de modo a influenciar favoravelmente a formação da opinião pública, valorizando a participação do público nos processos decisórios.
- (A) V/ V/ V/ V
 - (B) F/ V/ F/ F
 - (C) F/ F/ F/ V
 - (D) V/ F/ V/ V
 - (E) V/ V/ F/ F

107. Sobre a análise microeconômica, é **incorreto** afirmar que

- (A) o foco de interesse da microeconomia é, antes de tudo, o estudo das escolhas dos agentes econômicos, isto é, da forma como estes procedem dado um conjunto de diferentes opções, comparando os benefícios e inconvenientes para a prossecução dos seus objetivos ou para a satisfação dos seus interesses (Postulado Utilitarista).
- (B) a teoria microeconômica *standard* presume que os agentes econômicos, as famílias ou as empresas, são "racionais", isto é, supõe-se terem habilidades cognitivas e informações suficientes para, por um lado, construir critérios de escolha entre diferentes opções possíveis e, por outro, maximizar a sua satisfação dadas as restrições a que estão sujeitos.
- (C) na visão da microeconomia clássica, quanto maior for o preço pelo qual uma mercadoria pode ser vendida, mais produtores estarão dispostos a fornecê-la. O preço alto incentiva a produção. Em oposição, para um preço abaixo do equilíbrio, há uma falta de bens ofertados em comparação com a quantidade demandada pelo mercado. Isso derruba o preço. O modelo de oferta e demanda prevê que, para curvas de oferta e demanda dadas, o preço e quantidade irão se estabilizar no preço em que a quantidade ofertada for igual à quantidade demandada.
- (D) uma falha de mercado na visão clássica é uma situação na qual o mercado não consegue a alocação ótima dos recursos econômicos e dos bens e serviços. Isso pode acontecer, por exemplo, no caso de um monopólio (ou de um cartel), ou de uma situação em que coexista desemprego e falta de mão de obra, ou ainda a existência de poluição.
- (E) a partir dos anos 1950, o paradigma dominante na microeconomia sofre uma inflexão de modo a melhor integrar todas as anomalias e imperfeições do mercado.

108. Entre 2008 e 2012, a política econômica brasileira foi caracterizada por

- (A) juros reais ainda bastante altos, câmbio valorizado e política de metas de inflação.
- (B) juros reais baixos, câmbio desvalorizado e relaxamento da política de metas de inflação.
- (C) elevação da intervenção estatal na economia, câmbio desvalorizado e juros reais altos.
- (D) política de desoneração fiscal de setores industriais, câmbio valorizado e manutenção da política de metas de inflação.
- (E) câmbio valorizado, elevação da intervenção estatal na economia e redução dos juros reais.

109. Sobre economia do setor público, analise as assertivas abaixo.

- I. O pensamento liberal surgiu no momento em que a figura do Estado sofria grandes contestações devido a sua postura autoritária e quando a política econômica passou a ser vista, nos finais do século XVII, como elemento de entrave à expansão do comércio. Diante disso, pensadores e intelectuais passaram a defender o afastamento do Estado da esfera econômica como algo indispensável ao bom êxito das atividades econômicas.
- II. Segundo os Fisiocratas, a agricultura era a única atividade que gerava riqueza, pois somente a terra possuía a capacidade de gerar valor devido a sua fertilidade, enquanto indústria e comércio eram vistos como condutores de valor. Assim, eles propunham uma série de medidas que estimulassem o descobrimento da atividade agrícola, onde a desregulamentação e a burocratização das atividades vinculadas ao setor público seriam uma condição indispensável à promoção do desenvolvimento econômico.
- III. Adam Smith defendia a liberdade individual como elemento indispensável ao sistema capitalista. Ao identificar o fator trabalho como o elemento gerador de riqueza, Smith reivindica a liberdade como única forma de assegurar ao indivíduo a capacidade de gerar e adquirir riqueza.
- IV. Em sua principal obra, *Elementos de economia pura* (1874), Walras se dedica em grande parte à análise do equilíbrio dos mercados, dando muita ênfase à participação do Estado na atividade econômica que ele defende.
- V. Com relação à oferta de bens e serviços, Stuart Mill advoga a presença do Estado quando se tratar de serviços indispensáveis à sociedade, como infraestrutura (água, iluminação, pavimentação) e serviços básicos (segurança, educação etc.), algo caracterizado pelos clássicos como monopólios naturais, por serem serviços tradicionalmente ofertados pelo Estado.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e V, apenas.
- (B) IV e V, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, IV e V, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

110. Em relação à microeconomia, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A Teoria do Consumidor estuda as preferências do consumidor, analisando o seu comportamento, as suas escolhas, as restrições quanto a valores e a demanda de mercado. Com base nessa teoria, determina-se a curva de demanda.
- () A Teoria da Firma estuda a estrutura econômica de organizações cujo objetivo é maximizar lucros. Para isso, tais organizações compram fatores de produção e vendem o produto desses fatores de produção para os consumidores. Estuda estruturas de mercado, tanto competitivas quanto monopolísticas. Com base nessa teoria, determina-se a curva de oferta.
- () A Teoria da Produção estuda o processo de transformação de fatores adquiridos pela empresa em produtos finais para a venda no mercado. Estuda as relações entre as variações dos fatores de produção e suas consequências no produto final. Determina as curvas de custo, que são utilizadas pelas firmas para determinar o volume ótimo de oferta.
- () A microeconomia busca explicar as práticas de mercado, sendo estas divididas em: monopólio, oligopsonia e concorrência perfeita.

- (A) F/ F/ F/ V
- (B) V/ V/ V/ F
- (C) V/ F/ V/ V
- (D) F/ F/ V/ F
- (E) V/ V/ V/ V

111. Sobre o Suprimento de Fundos em orçamento público, analise as assertivas abaixo.

- I. O que diferencia a execução da despesa por Suprimento de Fundos das demais formas de execução de despesa é o empenho feito em nome do servidor, o adiantamento da quantia feita a ele e a inexistência de obrigatoriedade de licitação.
- II. A realização das despesas relativas ao suprimento de fundos deve observar os princípios de direito que regem a Administração Pública.
- III. São princípios que devem seguir o suprimento de fundos: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- IV. São também princípios importantes, contudo, nem sempre devem ser seguidos: a isonomia e da aquisição mais vantajosa para a Administração Pública.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

112. Em relação à Gestão de Conflitos nas Organizações, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A existência de conflitos com baixos níveis, em qualquer organização, deixa-a vulnerável à estagnação, à tomada de decisões empobrecidas e até mesmo à falta de eficácia, enquanto que possuir conflitos em demasia encaminha a organização diretamente ao caos.
- (B) O conflito, geralmente, refere-se à situação frente a qual uma pessoa não é capaz de agir, causando paralisia no processo.
- (C) O conflito é um colapso nos mecanismos decisórios normais, em virtude do qual um indivíduo ou grupo de indivíduos experimenta dificuldades na escolha de alternativas de ação.
- (D) A presença do conflito nas organizações pode ser detectada com a observação de fatores, por exemplo, comunicação deficiente, hostilidade e inveja intergrupais, fricção interpessoal, escalada de arbitragem, proliferação de regras e regulamentos, moral baixa devido à frustração oriunda da ineficiência.
- (E) Gerir conflitos significa acabar com eles dentro das organizações para reduzir os atritos e fazer com que a eficiência e eficácia possam crescer.

113. Em relação aos sistemas de amortização de pagamentos, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () No SAC (Sistema de Amortização Constante), a parte referente à amortização é constante em todas as parcelas, e o saldo devedor é reduzido mês a mês.
- () Uma vantagem do SAC é que as prestações tornam-se decrescentes ao longo do tempo, e uma desvantagem é que o valor das parcelas no início é alto.
- () No sistema *Price* (ou Sistema Francês de Amortização), a parcela é composta de juros mais a amortização, e a parte da amortização aumenta ao longo do tempo, enquanto a dos juros decresce.
- () Uma vantagem do sistema *Price* é que a dívida diminui significativamente desde o início.
- () Uma vantagem do sistema *Price* é que o valor da parcela é constante.

- (A) F/ F/ F/ V/ V
- (B) F/ V/ V/ F/ V
- (C) V/ F/ V/ F/ F
- (D) V/ V/ V/ F/ V
- (E) V/ F/ F/ F/ V

114. Em referência ao conceito de Pregão, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.
- (B) O pregão vem se somar às demais modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993, que são: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão. Diversamente destas modalidades, o pregão pode ser aplicado a qualquer valor estimado de contratação, de forma que constitui alternativa a todas as modalidades. Outra peculiaridade é que o pregão admite como critério de julgamento da proposta somente o menor preço.
- (C) O pregão foi instituído, exclusivamente, no âmbito da União, ou seja, só pode ser aplicado na Administração Pública Federal, compreendidos os três Poderes. Especificamente, alcança os mesmos órgãos e entidades da Administração Federal sujeitos à incidência da Lei nº 8.666/1993: a administração direta, as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (D) Bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Trata-se, portanto, de bens e serviços geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço. A relação dos bens e serviços que se enquadram nessa tipificação está contida no Anexo II do Decreto nº 3.555/2000, que regulamenta o pregão.
- (E) O pregão foi instituído nos âmbitos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, podendo ser aplicado em todos os órgãos da administração pública direta e indireta.

115. Em relação às técnicas de análise para decisão de investimentos financeiros, assinale a alternativa que **não** contém uma técnica usada nas organizações para tal fim.

- (A) Valor Presente Líquido, Taxa Interna de Retorno e Opções Reais.
- (B) Taxa Interna de Retorno, *Payback* Ajustado e Índice de Lucratividade.
- (C) *Payback*, *Payback* Ajustado e Valor Presente Líquido.
- (D) Índice de Lucratividade, Taxa Interna de Retorno e Opções Reais.
- (E) Opções Reais, *Payback* Ajustado e Método de Du-Pont e Du-Pont Extendida.

116. Sobre o Termo de Referência, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Em licitações realizadas na modalidade pregão, é obrigatória a elaboração de termo de referência, que deve dispor sobre as condições gerais de execução do contrato.
- (B) Termo de Referência é documento prévio ao procedimento licitatório e serve de base para elaboração do edital, a exemplo de projeto básico.
- (C) O Termo de Referência será elaborado pelo setor requisitante do objeto da licitação, em conjunto com a área de compras, e aprovado por quem autorizou a realização do procedimento licitatório.
- (D) O Termo de Referência deve conter, entre outros, os seguintes elementos: descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara; critérios de aceitação do objeto; critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado, referências de trabalho e indicações político-partidárias.
- (E) O Termo de Referência deve conter, entre outros, os seguintes elementos: outro valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso; prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto; definição dos métodos e estratégia de suprimento; cronograma físico-financeiro, se for o caso; deveres do contratado e do contratante; prazo de garantia, quando for o caso; procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato; sanções por inadimplemento.

117. Em relação ao conceito de Contratação Direta, analise as assertivas abaixo.

- I. A Licitação é regra para a Administração Pública quando compra bens ou contrata obras e serviços, entretanto a lei apresenta exceções a essa regra, que são os casos de Contratação Direta, em que a licitação é legalmente dispensada, dispensável ou inexigível.
- II. A Contratação Direta pode ocorrer em algumas hipóteses, expressamente previstas na Lei de Licitações, tais como casos de alienação de bens móveis e imóveis pela Administração.
- III. A Contratação Direta pode ocorrer em algumas hipóteses, expressamente previstas na Lei de Licitações, tal como a lei enumera os casos em que o procedimento é possível, mas não obrigatório, em razão de outros princípios que regem a atividade administrativa, notadamente o princípio da eficiência.
- IV. Dispensas, exceto por valor, situações de inexigibilidade e retardamento, previstos na Lei de Licitações, deverão ser comunicadas, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, necessariamente justificados.

É correto o que se afirma

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) IV, apenas.

118. Sobre os conceitos a seguir, referentes ao Contrato Administrativo, analise as assertivas abaixo.

- I. Regulam-se os contratos pelas respectivas cláusulas: normas da Lei de Licitações e preceitos de Direito Público. Na falta desses dispositivos, regem-se pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de Direito Privado.
- II. Contratos celebrados entre a Administração e particulares são diferentes daqueles firmados no âmbito do Direito Privado. Isso ocorre porque nos contratos celebrados entre particulares vale como regra a disponibilidade da vontade, enquanto que, naqueles em que a Administração é parte, deve existir a constante busca pela plena realização do interesse público.
- III. Prevalece no contrato administrativo o interesse da coletividade sobre o particular. A Administração assume, assim, posição de supremacia e pode, por exemplo, modificar ou rescindir unilateralmente o contrato e impor sanções ao particular.
- IV. A superioridade da Administração Pública permite que a Administração, ao impor vontade própria, relativize certos direitos do particular que com ela contrata.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

119. De acordo com a Lei nº 10.871/2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências, as Agências Reguladoras implementarão instrumento específico de avaliação de desempenho, estabelecendo critérios padronizados para mensuração do desempenho de seus empregados, observados os seguintes critérios mínimos:

- I. produtividade no trabalho, com base em padrões previamente estabelecidos de qualidade e economicidade.
- II. capacidade de iniciativa.
- III. cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo.
- IV. disciplina.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

120. Em relação à Licitação Pública, analise as assertivas abaixo.

- I. O Princípio da Legalidade afirma que, nos procedimentos de licitação, esse princípio vincula os licitantes e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.
- II. O Princípio da Isonomia significa dar tratamento diferenciado a cada interessado, de forma a fazer com que, na prática, as partes possam competir em condições de igualdade.
- III. O Princípio da Impessoalidade obriga a Administração a observar, nas decisões, critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos de licitação.
- IV. O Princípio da Publicidade afirma que qualquer interessado pode ter acesso às licitações públicas e ao respectivo controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todo procedimento de licitação.
- V. O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório.

É correto o que se afirma em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) II e V, apenas.
- (C) I, III, IV e V apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.